



# ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Petrópolis, 25 de janeiro de 2020.

### PARECER

CMP DSL 120/2021 - DAJ 41/2021 -

EMENTA: INDICAÇÃO  
LEGISLATIVA. INDICA AO  
EXMO. SR. PREFEITO  
MUNICIPAL A NECESSIDADE  
DE PROJETO DE LEI QUE  
DISPONHA SOBRE A CRIAÇÃO  
DE UM CONTROLE DE FROTA  
DE CAMINHÕES EMÁQUINAS  
QUE TRAFEGAM (SIC) NO  
MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS  
COM A FINALIDADE DE USO  
PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL.  
INCOMPETÊNCIA LEGISLATIVA  
DA MUNICIPALIDADE.  
INCONSTITUCIONALIDADE.

### INTRODUÇÃO:

Trata-se de parecer acerca da legalidade e constitucionalidade da Indicação Legislativa, de autoria do Ilma. Sra. Vereadora Gilda Beatriz, que "indica ao Exmo. Sr. Prefeito municipal a necessidade

Recebido por: Breno de Souza Mendes



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

de projeto de lei que disponha sobre a criação de um controle de frota de caminhões e máquinas que trafegam (sic) no município de Petrópolis com a finalidade de uso para a construção civil".

### DO MÉRITO:

A indicação legislativa *sub oculis* extrapola a competência legislativa desta municipalidade, notadamente quando preleciona diretrizes sobre trânsito e transportes. Conforme se observa no texto constitucional *in verbis*:

**Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:**

**IX - diretrizes da política nacional de transportes;**

**XI - trânsito e transporte;**

É oportuno dizer que a Suprema Corte (STF) já se manifestou sobre caso semelhante em Ação Direta de Inconstitucionalidade assim ementada:

**Obrigatoriedade de equipar os ônibus utilizados no serviço público de transporte coletivo com dispositivos redutores de estresse para motoristas e cobradores. Inconstitucionalidade. Competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte bem como sobre direito do trabalho.**

[ADI 3.671, rel. min. Gilmar Mendes, j. 21-2-2020, P, DJE de 20-3-2020.]



# ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

### DA CONCLUSÃO:

Nestes termos, com amparo nas determinações constantes no Regimento Interno desta Casa Legislativa, entende este DAJ que **a Indicação Legislativa em análise resta prejudicada por sua latente inconstitucionalidade, devendo, portanto, ser arquivado**, ressalvando, contudo, seu caráter opinativo e sem prejuízo de entendimento diverso por este parlamento municipal.

À superior consideração.

FELIPE CÉSAR SANTIAGO  
**ASSESSOR JURÍDICO**  
MATRÍCULA 1727.053/21  
OAB/RJ 232.132